

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIR DO ALTO VALE DO ITAJAÍ REALIZADA NO DIA CATORZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 13h30min, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, no município de Rio do Sul/SC, os(as) Secretários(as) Municipais de Saúde da Região do Alto Vale do Itajaí, representantes da Secretaria de Estado da Saúde, técnicos municipais e convidados, para realização da reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí – CIR/ALTO VALE. A reunião foi conduzida pela Coordenadora da CIR/ALTO VALE, Sr^a Elke Verena Barg Schlichting da Silva, que cumprimentou os presentes e realizou a leitura da ordem do dia, contendo as seguintes pautas: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Nota Técnica sobre Termo de Cooperação – Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal e Vigilância Sanitária; 3. Instrumentos de Gestão; 4. Validação das Deliberações ad referendum; 5. Hospital Regional Alto Vale; 6. Assuntos do CISAMAVI; 7. Assuntos do COSEMS; 8. Assuntos da Regional de Saúde; 9. Conferências Municipais de Saúde; 10. Transporte Sanitário; 11. Outros assuntos. Na sequência, foi colocada em apreciação a ata da reunião anterior, sendo aprovada pelos presentes sem ressalvas. Passando à pauta referente à Nota Técnica sobre Termo de Cooperação entre o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal e Vigilância Sanitária, a Assessora de Gerência - Agricultura, Pecuária e Abastecimento do CISAMAVI - Thayná Letícia Gili e Katiani Amelia Mueller do município de Taió, realizaram esclarecimentos acerca da atuação dos municípios na fiscalização sanitária, especialmente quanto aos serviços de inspeção municipal de produtos de origem animal. Foi debatido que parte das fiscalizações relacionadas aos açougues, entrepostos e similares vem sendo direcionada às Vigilâncias Sanitárias Municipais, verificando o alinhamento entre os serviços de inspeção e vigilância sanitária locais para que fique definido, de forma registrada em documento oficial, a fiscalização dos órgãos competentes, a fim de não ser realizada a dupla fiscalização, prevista em lei. Ainda dentro dos assuntos relacionados à Vigilância Sanitária, foi retomada discussão tratada em reunião anterior referente ao transporte simultâneo de pacientes e material biológico nos veículos da saúde. Sobre o tema, foi informado que a Superintendência da Vigilância em Saúde do Estado de Santa Catarina estará publicando nota informativa específica acerca do assunto, motivo pelo qual o COSEMS/SC não emitirá orientação técnica própria neste momento, aguardando o posicionamento oficial da vigilância estadual. Posteriormente, foi registrada a participação das servidoras federais Liliane Miguel e Marina Costa, que juntamente com o Apoiador Regional do COSEMS/SC, Sr. Marcos Vilela, realizaram explanação acerca dos Instrumentos de Gestão do SUS. Durante a fala, foi pontuada a gravidade da manutenção de pendências relacionadas aos instrumentos de gestão municipais, sendo relatado que o apoiador do COSEMS já havia realizado contato individualizado com todos os municípios que possuíam pendências. Também foi informado que, com apoio da Superintendência do Ministério da Saúde, já haviam sido realizadas reuniões pontuais com municípios em situação pendente. Na oportunidade, foi apresentado o painel LIAs, ferramenta pública de acompanhamento que possibilita a verificação da situação atual dos municípios quanto aos instrumentos de gestão e demais indicadores relacionados ao acompanhamento ministerial. Ainda sobre os assuntos do COSEMS/SC, o apoiador regional Sr. Marcos Vilela reforçou a importância da

adesão à Qualificação Nacional da Assistência Farmacêutica, destacando especialmente a preparação dos municípios para o processo de transição das insulinas humanas para as insulinas análogas no Sistema Único de Saúde – SUS. O apoiador também enfatizou a importância da participação dos gestores e técnicos municipais no evento “COSEMS TE ESCUTA”, programado para o dia 22 de maio de 2026, na sede da AMAVI. Será um momento de diálogo e escuta qualificada com os municípios, voltado à atualização das políticas públicas de saúde e levantamento de demandas da região, reforçou que ainda havia municípios pendentes de inscrição. Também destacou a importância das inscrições para o Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde – Congresso CONASEMS, programado para ocorrer nos dias 12 a 15 de julho de 2026, no município de Porto Alegre/RS, no qual os gestores municipais possuem isenção em suas inscrições. Na pauta referente ao Hospital Regional Alto Vale, os gestores municipais debateram algumas falhas na prestação de serviço do prestador, que foram orientadas para formalização detalhada, para posterior pedido formal de explicações por parte da CIR ao prestador. Os gestores também dialogaram sobre a necessidade de prestação de contas por parte do prestador, que deverá ser convidado para apresentação de forma detalhada sobre as atuais ofertas de serviços. Ainda sobre os assuntos relacionados ao Hospital Regional Alto Vale, foi apresentado pedido de deliberação para habilitação do serviço de cirurgia endovascular em nível federal. Contudo, os gestores municipais pontuaram que gostariam da presença de representante da instituição hospitalar para melhor explanação técnica acerca do pleito antes de deliberar sobre a aprovação da habilitação junto ao Ministério da Saúde. Na sequência, a representante do CISAMAVI, Sr.^a Marlene Baasch, apresentou informações sobre os serviços consorciados, destacando a necessidade de revisão dos valores praticados no edital de credenciamento em razão da defasagem observada e dos impactos na assistência regional. Os gestores municipais relataram dificuldades na contratação de serviços considerados de difícil acesso na região, como: terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia, neuropsicologia, análise do comportamento aplicada - ABA, testes psicológicos (WISC, SON-R, SRS-2, ATA, DIVA-5, TISD), neuropediatria e exames de eletroencefalograma, ressaltando que os valores atualmente praticados dificultam o credenciamento de profissionais e prestadores. Marlene informou que o último reajuste dos complementos foi realizado com base na variação do IPCA referente ao período de abril de 2024 a março de 2025. Após discussão, a CIR deliberou pela inclusão de complemento financeiro para exames de eletroencefalograma, bem como pela aplicação de reajuste diferenciado para consultas de neuropediatria, fonoaudiologia e terapia fonoaudiológica individual. Para os demais serviços, foi aprovado reajuste com base no IPCA acumulado entre março de 2025 e março de 2026. Foi destacado que a inclusão de novos serviços exige a realização de Estudo Técnico Preliminar (ETP), pesquisa de preços, elaboração de Termo de Referência e a atuação de profissional técnico habilitado para condução dos trabalhos necessários. Diante disso, foi informado que será necessária a formalização do interesse dos municípios para abertura de novo edital contemplando as referidas demandas, bem como a avaliação da possibilidade de cessão de profissional por algum município para auxiliar na elaboração do ETP e demais documentos técnicos. Ainda no âmbito do CISAMAVI, Marlene informou sobre manifestação de interesse da empresa CISMEPAR / DOC4DOC, para apresentação de solução em telemedicina voltada à ampliação do acesso e da resolutividade da rede de atenção à saúde. Entre os serviços ofertados destacam-

101 se telemedicina para atenção primária, urgência e internação; teleinterconsulta
102 síncrona 24 horas para unidades de pronto atendimento e hospitais;
103 teleinterconsulta assíncrona para UBS e equipes de Saúde da Família; e
104 teleconsulta 24 horas destinada aos cidadãos. Informou, ainda, que a proposta
105 recebida seria encaminhada aos gestores municipais por meio de aplicativo de
106 mensagens, para análise e manifestação de interesse. Por fim, foram tratados
107 assuntos relacionados ao gerenciamento de acessos ao sistema informatizado do
108 CISAMAVI. Foi reforçada a importância de que os acessos para liberação de
109 requisições sejam prioritariamente concedidos a servidores efetivos, considerando
110 que estes serão responsáveis pela assinatura dos documentos necessários à
111 autorização dos pagamentos. Como encaminhamento, deliberou-se pela definição
112 da autoridade responsável pela autorização dos acessos ao sistema, cabendo aos
113 municípios avaliar se tal atribuição ficará sob responsabilidade direta dos gestores
114 municipais. Também foi orientada a verificação dos gestores que ainda não
115 possuem acesso ao sistema, com vistas à regularização dos respectivos cadastros.
116 Durante a discussão, um dos gestores municipais solicitou que o CISAMAVI
117 encaminhe a cada município a relação atualizada dos usuários com acesso ao
118 sistema no âmbito das Secretarias Municipais de Saúde, objetivando a validação e
119 o adequado controle dos acessos pelos respectivos gestores. Na sequência, a
120 Servidora da Regional de Saúde, Sr^a Ana Paula Sebold Zimmermann, realizou
121 apresentação referente ao CEGRAS – Comitê Executivo de Governança das Redes
122 de Atenção à Saúde da Macrorregião do Vale do Itajaí. Durante sua fala,
123 apresentou a composição do colegiado e destacou a participação de
124 representantes das áreas de regulação hospitalar, SAMU, redes de atenção,
125 atenção psicossocial, atenção às pessoas com deficiência, doenças crônicas,
126 atenção primária, atenção especializada, representação municipal, COSEMS,
127 hospitais, consórcios públicos e demais instituições envolvidas na governança
128 regional. A servidora reforçou a importância do CEGRAS como espaço estratégico
129 de planejamento e organização regional da saúde, contribuindo para o
130 fortalecimento das redes de atenção, definição de fluxos assistenciais e construção
131 integrada das políticas públicas de saúde no âmbito macrorregional. Seguindo os
132 assuntos da Regional de Saúde, Ana Paula Sebold, fez breve fala sobre a questão
133 da oferta de IMPLANON nos municípios, que o implante subdérmico de
134 etonogestrel (Implanon) pode ser ofertado no SUS para todas as mulheres. Durante
135 as discussões relacionadas ao Plano de Ação Regional – PAR, foi destacado pelas
136 servidoras estaduais que a Região do Alto Vale do Itajaí apresenta atualmente
137 vazio assistencial relacionado à Rede de Urgência e Emergência, especialmente
138 pela ausência de novas Unidades de Suporte Avançado – USA do SAMU em
139 determinadas regiões estratégicas. Foi debatido que a região de Pouso Redondo
140 apresenta fragilidade assistencial em situações de urgência e emergência graves,
141 considerando a distância da atual Unidade de Suporte Avançado existente na
142 região. Os participantes destacaram que, em ocorrências de acidentes graves ou
143 situações críticas, a única unidade USA atualmente existente poderá não conseguir
144 prestar atendimento em tempo oportuno caso necessite deslocar-se até a região
145 de Pouso Redondo e municípios próximos. Também foi debatida a necessidade de
146 implantação de Unidade de Suporte Avançado na região de Ituporanga, sendo
147 informado que o município já dispõe de estrutura física adequada para absorção do
148 serviço. Ficou definido pelos gestores municipais o encaminhamento de
149 deliberação da CIR solicitando ao Estado de Santa Catarina a implantação de duas
150 novas Unidades de Suporte Avançado – USA do SAMU, sendo uma para a região

151 de Pouso Redondo e outra para a região de Ituporanga. Tratando sobre as
152 Conferências Municipais de Saúde, o apoiador do COSEMS/SC relatou que estas
153 deverão ocorrer até o dia 04 de julho de 2026 em cada município, com o tema
154 “Democracia, soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”. Tratou-se
155 também sobre a prática regional popularmente conhecida como “carona solidária”,
156 considerada por alguns municípios como uma espécie de “válvula de escape”
157 operacional, realizada através de colaboração informal entre motoristas da saúde
158 de diferentes municípios, transportando pacientes de outros entes municipais em
159 seus veículos oficiais. O assunto foi sinalizado como prática irregular,
160 especialmente diante das responsabilidades administrativas, civis e legais
161 envolvidas em eventuais acidentes ou intercorrências durante os deslocamentos.
162 Foi informado que o setor de transporte terrestre do Estado deverá participar da
163 próxima reunião da CIR para realização de orientações técnicas sobre o tema.
164 Retomando a pauta discutida na reunião anterior da CIR, a Secretária Municipal de
165 Saúde de Taió apresentou atualização acerca da situação do Hospital e
166 Maternidade Dona Lisette. Informou que a instituição permanece recebendo o
167 repasse mensal de R\$ 30.000,00 do Estado de Santa Catarina destinado ao custeio
168 da assistência obstétrica da microrregião. Relatou que os municípios de Taió e
169 Salete atenderam à solicitação de ampliação dos respectivos repasses financeiros,
170 o que possibilitou a retomada dos atendimentos obstétricos aos usuários desses
171 municípios. Informou, ainda, que encaminhou ao Ministério Público as informações
172 referentes à suspensão da oferta dos serviços obstétricos aos demais municípios
173 da microrregião, destacando que o hospital continua recebendo o recurso estadual
174 destinado à manutenção desse atendimento. Esclareceu que, atualmente, a
175 assistência obstétrica permanece disponível exclusivamente para os municípios de
176 Taió e Salete. Durante a discussão, o Secretário Municipal de Saúde de Rio do
177 Campo questionou sobre a possibilidade de retomada do atendimento aos demais
178 municípios da microrregião, sendo informado que, até o momento, não há previsão
179 de ampliação da oferta, permanecendo o serviço restrito aos municípios
180 anteriormente mencionados. Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora da CIR,
181 Sra. Elke Verena Barg Schlichting da Silva, agradeceu a presença de todos e
182 declarou encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata.

Elke Verena Barg Schlichting da Silva
Coordenadora da CIR Alto Vale